

Nome: ADISLAYNNEER KAYRA FIGUEIREDO DA GAMA

Número do documento de identidade: 6363582 PA

Número de inscrição: 10004658

Local de realização da(s) prova(s): Belém/PA

Cargo 6: Analista Judiciário – Especialidade: Direito

Frase:

A paciência é companheira da sabedoria.

Sala: 00231

Sequencial: 021 / 045



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR • MANHÃ



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

CONCURSO PÚBLICO • Aplicação: 2020

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
 - 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
 - 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
 - 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva.
 - 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva e deixe o local de provas.
- Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br



Cebraspe

Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos

**OCÊ
ABIA?**

O Cebraspe é o detentor exclusivo do Método Cespe de realização de avaliações, certificações e seleções. Esse método está em constante evolução, sendo desenvolvido e aperfeiçoado a partir de pesquisas acadêmicas, algoritmos, processos estatísticos e outras técnicas sofisticadas. Tudo isso para entregar resultados confiáveis, obtidos com inovação e alta qualidade técnica.

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.**
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto CG1A1-I

1 “Família, família/ vive junto todo dia/ nunca perde
essa mania” — os versos da canção **Família**, composta por
Araldo Antunes e Tony Belotto na década de 80 do século
4 passado, no Brasil, parece que já não traduzem mais a
— realidade dos arranjos familiares. Observa-se que a solidez dos
lugares ocupados por cada uma das pessoas nos moldes da
7 família nuclear, não se adéqua à realidade social do momento,
em que as relações são caracterizadas por sua dinamicidade e
— pluralidade. De acordo com o médico e psicanalista Jurandir
10 Freire Costa, “família nem é mais um modo de transmissão do
patrimônio material; nem de perpetuação de nomes de
linhagens; nem da tradição moral ou religiosa; tampouco é a
13 instituição que garante a estabilidade do lugar em que são
educadas as crianças”.

Então, o que é a família? Como defini-la,
16 considerando-se que uma de suas marcas na pós-modernidade
é justamente a falta de definição? Para a cientista social e
política Elizabeth Dória Bilac, a variabilidade histórica da
19 instituição família desafia qualquer conceito geral de família.

A centralidade assumida pelos interesses individuais
no mundo contemporâneo é um dos aspectos que influenciam
22 a singularidade de cada família e distinguem os propósitos que
justificam a escolha de duas pessoas ou mais viverem juntas,
compartilhando regras, necessidades e obrigações. Se não é
25 fácil definir a família, é legítimo o esforço de tentar decifrar
quem é o homem pós-moderno e quais as necessidades
emergentes que o impulsionam ao encontro com o outro, seja
26 no espaço social, seja no interior da família, produzindo
significados e razões que lançam na busca de realização.

Segundo o filósofo francês Dany-Robert Dufour, a
31 pós-modernidade produz um sujeito não engendrado, o que
significa um sujeito que se vê na posição de não dever mais
nada à geração precedente. Trata-se de uma condição que
34 comporta riscos, pois, segundo Dufour, desaparece o motivo
geracional. No que tange à família, a consequência é o
surgimento de relações pautadas em trocas reais e carentes de
37 valores simbólicos que se contraponham à lógica do consumo.
Assim, assiste-se a uma ruptura na ordem da transmissão, o que
40 gera indivíduos desprovidos de identidade sólida, condição esta
que acarreta a redução de sua capacidade crítica e dificulta o
estabelecimento de compromisso com a causa que lhe precede.

Fernanda Simplicio Cardoso e Leila Maria Torraca de Brito
Reflexões sobre a paternidade na pós-modernidade
Internet <www.new.psi.bvs.psi.org.br> (com adaptações)

QUESTÃO 1

As autoras do texto CG1A1-I consideram que

- (A) a definição de família constitui um grande desafio. ✓
- (B) o fato de duas ou mais pessoas viverem juntas é bastante para que sejam consideradas uma família.
- (C) a família, na atualidade, define-se como instituição cujos membros não se comprometem uns com os outros.
- (D) a família concebida nos moldes tradicionais não existe no século XXI.
- (E) o conceito geral de família sempre esteve em constante mudança. ✓

QUESTÃO 2

No texto CG1A1-I, o trecho “Observa-se que a solidez dos lugares ocupados por cada uma das pessoas, nos moldes da família nuclear, não se adéqua à realidade social do momento, em que as relações são caracterizadas por sua dinamicidade e pluralidade.” (l. 5 a 9) permaneceria gramaticalmente correto e com seu sentido original caso

- (A) as vírgulas empregadas após “pessoas” e após “nuclear” fossem suprimidas.
- (B) a vírgula empregada após “momento” fosse suprimida.
- (C) uma vírgula fosse inserida imediatamente após “lugares”.
- (D) uma vírgula fosse inserida logo após “Observa-se”.
- (E) a vírgula empregada após “pessoas” fosse substituída por ponto e vírgula. ✓

QUESTÃO 3

Seria mantida a correção gramatical do texto CG1A1-I se o segmento “em que”, nas linhas 8 e 13, fosse substituído, respectivamente, por

- (A) que e no qual.
 - (B) onde e onde. ✓
 - (C) onde e que.
 - (D) a qual e o qual.
 - (E) no qual e onde. ✓
- Em que → onde*

QUESTÃO 4

No terceiro parágrafo do texto CG1A1-I, a forma pronominal “o”, em “o lançam” (l.29), faz referência a

- (A) “homem” (l.26). ✓
- (B) “outro” (l.27).
- (C) “espaço” (l.28).
- (D) “interior” (l.28).
- (E) “esforço” (l.25).

QUESTÃO 5

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto CG1A1-I: “Trata-se de uma condição que comporta riscos, pois, segundo Dufour, desaparece o motivo geracional.” (l. 33 a 35). Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada mantém os sentidos originais e a correção gramatical do texto.

- (A) Segundo Dufour, trata-se de uma condição que comporta riscos, pois desaparece o motivo geracional. ✓
- (B) Trata-se de uma condição que comporta riscos pois, segundo Dufour, desaparece o motivo geracional.
- (C) Trata-se de uma condição que comporta riscos, visto que o motivo geracional, segundo Dufour, desaparece.
- (D) Se trata de uma condição que redonda em riscos, pois, segundo Dufour, o motivo geracional desaparece.
- (E) Isso se trata de uma condição que comporta riscos, pois, segundo Dufour, desaparece o motivo geracional.

QUESTÃO 6

De acordo com o último parágrafo do texto CG1A1-I, um sujeito não engendrado

- A) inverte a ordem de transmissão familiar existente.
- B) sente-se isento de dívidas para com a geração precedente.
- C) relaciona-se com os demais a partir da construção de vínculos sólidos.
- D) é mais envolvido com a geração vindoura do que com a geração precedente.
- E) tem capacidade crítica reduzida e não demonstra compromisso com os laços familiares.

Texto CG1A1-II

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018), dados pessoais são informações que podem identificar alguém. Dentro desse conceito, foi criada uma categoria chamada de “dato sensível”, que diz respeito a informações sobre origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual. Registros como esses, a partir da vigência da lei, passam a ter nível maior de proteção, para evitar formas de discriminação. Todas as atividades realizadas no país e todas as pessoas que estão no Brasil estão sujeitas à lei. A norma vale para coletas operadas em outro país, desde que estejam relacionadas a bens ou serviços ofertados a brasileiros. Mas há exceções, como a obtenção de informações pelo Estado para a segurança pública.

Ao coletar um dato, as empresas deverão informar a finalidade da coleta. Se o usuário aceitar repassar suas informações; o que pode acontecer, por exemplo, quando ele concorda com termos e condições de um aplicativo, as companhias passam a ter o direito de tratar os dados (respeitada a finalidade específica), desde que em conformidade com a legislação. A lei prevê uma série de obrigações, como a garantia da segurança das informações e a notificação do titular em caso de um incidente de segurança. A norma permite a reutilização dos dados por empresas ou órgãos públicos, em caso de “legítimo interesse”.

Por outro lado, o titular ganhou uma série de direitos. Ele pode, por exemplo, solicitar à empresa os dados que ela tem sobre ele, a quem foram repassados (em situações como a de reutilização por “legítimo interesse”) e para qual finalidade. Caso os registros estejam incorretos, ele poderá cobrar a correção. Em determinados casos, o titular terá o direito de se opor a um tratamento. A lei também prevê a revisão de decisões automatizadas tomadas com base no tratamento de dados, como as notas de crédito ou os perfis de consumo.

Internet: <www.agenciabrasil.ebc.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 7

Segundo as ideias veiculadas no texto CG1A1-II,

- A) a norma legal é válida em caso de bens e serviços ofertados a brasileiros, independentemente do país onde a coleta dos dados pessoais for feita.
- B) o Estado é autorizado a coletar e a tratar dados pessoais de brasileiros da forma que julgar mais adequada.
- C) o Brasil é pioneiro na edição de uma lei acerca da coleta e do uso de dados sensíveis.
- D) questões relativas a origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual são as que mais motivam atos de discriminação, e, por isso, os dados sensíveis devem ter maior nível de proteção.
- E) a Lei Geral de Proteção de Dados prevê obrigações tanto para as empresas que coletam os dados quanto para o titular desses dados, de forma proporcional.

QUESTÃO 8

Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto CG1A1-II, a forma verbal “há” (l.12) poderia ser substituída por

- A) existe.
- B) ocorre.
- C) têm.
- D) tem.
- E) existem.

QUESTÃO 9

No período em que se insere no texto CG1A1-II, a oração “Ao coletar um dato” (l.14) exprime uma circunstância de

- A) causa.
- B) modo.
- C) finalidade.
- D) explicação.
- E) tempo.

QUESTÃO 10

Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto CG1A1-II, o verbo “aceitar” (l.15) poderia ser substituído por

- A) enjeitar.
- B) consentir.
- C) prescindir.
- D) assistir.
- E) obstar.

QUESTÃO 11

Em um programa de rádio, Joaquim, faxineiro terceirizado que exerce suas funções no âmbito do TJ/PA, fez, fora do horário de serviço e das dependências do tribunal, considerações e emitiu opiniões desabonadoras sobre o trabalho desenvolvido por determinado analista judiciário do tribunal.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, conforme o disposto na Resolução TJ/PA n.º 14/2016 (Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Justiça do Pará).

- I O referido código de ética é inaplicável à situação, já que a fala de Joaquim ocorreu fora das dependências do TJ/PA.
- II Joaquim poderá ser submetido a procedimento ético, uma vez que as regras do referido código de ética se aplicam a servidores terceirizados.
- III Há vedação expressa no referido código de ética sobre servidor opinar publicamente a respeito da honorabilidade e do desempenho funcional de outro servidor.
- IV Em virtude de a opinião ter sido emitida fora do horário de serviço, é inaplicável à situação o referido código de ética.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Princípios

QUESTÃO 12

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, negar publicidade a ato oficial constitui ato de improbidade administrativa que

- A importa enriquecimento ilícito.
- B causa prejuízo ao erário.
- C decorre de aplicação indevida de benefício tributário.
- D atenta contra os princípios da administração pública.
- E decorre de concessão indevida de benefício financeiro.

QUESTÃO 13

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992.

- I A lei aplica-se a terceiro que, mesmo não sendo servidor público, induza ou concorra para a prática de ato de improbidade ou dele se beneficie. ✓
- II Atos omissivos podem ser considerados para a configuração de lesão ao patrimônio público. → *Prejuízo ao Erário*
- III O Ministério Público deverá ser cientificado pela autoridade administrativa sobre os atos que ensejarem enriquecimento ilícito ou lesão ao patrimônio público.
- IV Constitui ato de improbidade administrativa revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo. ✓

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos. •

QUESTÃO 14

No que se refere ao acordo de leniência previsto na Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- A O termo final para a prática dos atos infracionais pela pessoa jurídica é a celebração do acordo de leniência.
- B A celebração do acordo de leniência isenta a pessoa jurídica da sanção de multa.
- C O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado. •
- D A celebração dos acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal é de competência exclusiva do Ministério Público Federal.
- E A proposta de acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida lei.

QUESTÃO 15

Considerando o disposto na Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- A Comissão constituída para a apuração de responsabilidade poderá, cautelarmente, propor à autoridade instauradora que suspenda os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.
- B É vedada a delegação da competência para a instauração e o julgamento de processo administrativo de apuração de responsabilidade.
- C A sanção de multa terá como limite mínimo o percentual de 0,2% do faturamento líquido do ano anterior à instauração do processo administrativo. ✓
- D O prazo prescricional será suspenso com o julgamento do processo administrativo.
- E Pessoa jurídica estrangeira está imune à incidência das regras estabelecidas na referida lei. ✗

QUESTÃO 16

Segundo determinada teoria motivacional, o esforço da pessoa depende do resultado que ela quer alcançar, ou seja, as pessoas se esforçam para alcançar resultados que elas consideram importantes para si. Essa é a perspectiva da teoria

- A da expectativa.
- B da equidade.
- C das necessidades. •
- D da frustração.
- E dos dois fatores.

QUESTÃO 17

Como forma de participação institucional da cidadania na administração pública brasileira, existem conselhos gestores de políticas públicas e conselhos de direito. Assinale a opção que apresenta um exemplo de conselho destinado a operacionalizar ações de governo, de caráter específico, como as de segurança alimentar, merenda escolar, aleitamento materno e desenvolvimento rural.

- A conselho de eventos
- B conselho de programas
- C conselho consultivo de governo
- D conselho de defesa e promoção de direitos
- E conselho de controle administrativo-financeiro e funcional

QUESTÃO 18

Acerca de accountability, julgue os itens seguintes.

- I A obrigação de prestar contas, o uso de boas práticas de gestão e a responsabilização pelos resultados advindos da utilização de recursos públicos integram o conceito de accountability.
- II Valores tradicionais presentes na política brasileira, como a prática do clientelismo e o patrimonialismo, favorecem a prática de accountability. ✗
- III Os cidadãos fazem jus ao direito de cobrar que os maus gestores sejam responsabilizados por atos praticados com inobservância da lei ou do interesse público.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo. ✗
- B Apenas o item III está certo. ✗
- C Apenas os itens I e II estão certos. ✗
- D Apenas os itens I e III estão certos. •
- E Todos os itens estão certos. ✗

As organizações que utilizam como metodologia de planejamento estratégico o BSC (*balanced scorecard*) devem contar com o envolvimento ativo da equipe executiva, para que as mudanças ocorram e a estratégia seja implementada com vistas ao alcance dos melhores desempenhos.

O pressuposto abordado no texto anterior está de acordo com o princípio de

- A mobilizar a mudança por meio da liderança educadora.
- B traduzir a estratégia em termos operacionais.
- C alinhar a organização à estratégia.
- D transformar a estratégia em tarefa de todos.
- E converter a estratégia em processo contínuo.

QUESTÃO 20

Assinale a opção que indica atividade inerente à função administrativa chamada de organização.

- A criação de sistemas de monitoramento dos prazos e da qualidade dos serviços prestados
- B realização de reuniões para orientação sobre a execução de atividades na busca de engajamento e alcance de resultados
- C avaliação das metas alcançadas em cada departamento da organização
- D distribuição dos processos de trabalho em departamentos
- E definição da visão de futuro da instituição e dos valores a serem cumpridos pelos empregados

QUESTÃO 21

A adoção de soluções alternativas de conflito é um dos macrodesafios do Poder Judiciário no período de 2015 a 2020. Esse macrodesafio refere-se à(ao)

- A fomento à criação de metodologias inovadoras para resolução judicial de conflitos, com a participação das partes envolvidas.
- B incremento dos meios judiciais e extrajudiciais para resolução de conflitos, mediante participação ativa do cidadão.
- C fomento à modernização dos processos judiciais para dar celeridade às decisões, mediante participação do cidadão.
- D ampliação do rol dos atuais meios judiciais para resolução de conflitos, mediante participação do cidadão.
- E fomento à criação de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, mediante participação do cidadão.

QUESTÃO 22

A instituição da governança judiciária é um macrodesafio estabelecido no planejamento estratégico do Poder Judiciário do estado do Pará para o período de 2015 a 2020. A esse respeito, assinale a opção que apresenta iniciativa estratégica que favorece o alcance desse macrodesafio.

- A inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação
- B aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais
- C aprimoramento da segurança da informação
- D fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação
- E inovação e modernização da infraestrutura de tecnologia e comunicação

QUESTÃO 23

Um dos indicadores do índice de eficiência judicial (IE-Jud) é a taxa de congestionamento, cuja finalidade é

- A apurar o percentual de feitos judiciais parados há mais de cem dias no acervo da unidade ao final do período base.
- B julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no período base.
- C medir o percentual de casos que permanecem pendentes de solução ao final de um período base, em relação a tudo que tramitou no mesmo período.
- D computar a média de processos baixados por servidor no período base.
- E verificar se a unidade foi capaz de baixar processos, no mínimo, em quantidade igual ao número de processos novos.

QUESTÃO 24

Considere que o cargo de desembargador do TJ/PA tenha ficado vago e que determinado juiz de direito tenha sido cotado para preencher a vaga pelo critério de antiguidade, apurada na última entrância. Nesse caso, o tribunal deverá resolver, preliminarmente, se é devida a indicação do juiz mais antigo, o que poderá ser recusado pelo voto de seus membros, conforme procedimento próprio,

- A em sessão aberta e pública, com os votos de recusa tomados em autos apartados, a ser julgado por dois terços do tribunal pleno.
- B em sessão aberta e pública, com os votos de recusa tomados em autos apartados, a ser julgado pela maioria absoluta do tribunal pleno.
- C em segredo de justiça, com os votos de recusa nos próprios autos de escolha, a ser julgado por dois terços do tribunal pleno.
- D em segredo de justiça, com os votos de recusa tomados em autos apartados, a ser julgado pela maioria absoluta do tribunal pleno.
- E em sessão aberta e pública, com os votos de recusa nos próprios autos de escolha, a ser julgado pela maioria absoluta do tribunal pleno.

QUESTÃO 25

A competência para apreciar as medidas urgentes nos processos de competência originária do TJ/PA é do

- A relator do processo.
- B tribunal pleno.
- C vice-presidente do tribunal.
- D presidente do tribunal.
- E corregedor de justiça.

QUESTÃO 26

O reingresso de servidor do TJ/PA na administração pública por decisão administrativa definitiva ocorre por

- A reintegração, devendo o servidor ser ressarcido de eventuais prejuízos resultantes do afastamento.
- B reintegração para o cargo anteriormente ocupado, salvo se o cargo já estiver regularmente provido.
- C reversão, devendo o servidor ser ressarcido de eventuais prejuízos resultantes do afastamento.
- D reversão para o cargo anteriormente ocupado, salvo se o cargo já estiver regularmente provido.
- E reversão para o cargo anteriormente ocupado, ainda que o cargo já esteja regularmente provido.

o servidor aposentado.

QUESTÃO 27

Servidor do TJ/PA que, supostamente, tiver cometido ato comissivo e exercido irregularmente suas atribuições, causando prejuízo ao erário, poderá ser responsabilizado cumulativamente nas esferas

- A administrativa, civil e penal, que serão dependentes entre si, se houver prejuízo a terceiros. =
- B administrativa, civil e penal, salvo se for absolvido penalmente pela inexistência do fato.
- C administrativa, civil e penal, que serão dependentes entre si, se o ato tiver sido culposo. =
- D administrativa, civil e penal, não cabendo aos sucessores obrigação de reparar o dano. =
- E administrativa, civil e penal, salvo se for absolvido penalmente por falta de provas. =

QUESTÃO 28

Para a progressão funcional de servidor nos cargos das carreiras do TJ/PA, considera-se como efetivo serviço a

- A licença remunerada, independentemente do tempo.
- B licença remunerada, no limite de um ano.
- C licença não remunerada, independentemente do tempo. =
- D licença não remunerada, no limite de dois anos.
- E licença não remunerada, no limite de um ano.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta a respeito do prazo prescricional em caso de infração disciplinar cometida por servidor do TJ/PA.

- A A prescrição começa a correr a partir da data da prática do fato, salvo se a infração for punível com demissão.
- B O prazo prescricional independe da punição a ser aplicada, seja suspensão, seja repreensão.
- C O prazo prescricional será interrompido se houver abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar.
- D A prescrição começa a correr a partir da data da prática do fato, salvo se a infração for punível com cassação de aposentadoria.
- E O prazo prescricional será o previsto na lei penal, se a infração disciplinar for capitulada como contravenção penal.

QUESTÃO 30

O médico de hospital privado que suspeitar de violência praticada contra pessoa com deficiência deverá notificar

- I a autoridade policial. ✓
- II o Ministério Público. ✓
- III os conselhos dos direitos da pessoa com deficiência. ✓

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Espaço livre

O avanço da tecnologia tem possibilitado o acesso à Internet etc.

Ordinariamente, milhões de pessoas tem acesso a internet, utilizando para diversos fins, ~~onde em que~~ compartilhando informações muitas vezes sem a conta do risco ~~fazendo~~ - no ~~relatório~~ a implementação de normas legais que regulam ~~conta~~ ~~utilização~~ e também ~~uma~~ utilização de ~~bona~~ ~~fe~~ por parte ~~de~~ ~~usuários~~, com o fim ~~de~~ garantir direitos.

Muitos ~~usuários~~ ~~acessam~~ a internet com o fim ~~de~~ ~~ver~~ ~~algo~~ ~~o~~ ~~acesso~~ ~~à~~ ~~Internet~~ ~~para~~ ~~diversos~~ ~~benefícios~~, tais como ~~acesso~~ ~~a~~ ~~diversas~~ ~~informações~~ que antes só era ~~exercida~~ ~~por~~ ~~alguns~~ ~~usuários~~. Oportunidade de oferecer produtos e serviços a um ~~número~~ ~~de~~ ~~pessoas~~, entre ~~as~~ ~~quais~~ ~~alguns~~ ~~usuários~~. Porém, ~~seu~~ ~~uso~~ ~~também~~ ~~tem~~ ~~sido~~ ~~utilizado~~ ~~para~~ ~~cometer~~ ~~crimes~~, como ~~fornecer~~ ~~crimes~~ ~~falsos~~ ~~a~~ ~~alguém~~ ~~com~~ ~~intuito~~ ~~de~~ ~~denegar~~ ~~sua~~ ~~imagem~~ ~~e~~ ~~compartilhar~~ ~~compartilhar~~ ~~imagens~~ ~~internas~~ ~~não~~ ~~autorizadas~~ ~~por~~ ~~exemplo~~. Um caso ~~que~~ ~~ficou~~ ~~amplamente~~ ~~divulgado~~ ~~foi~~ ~~o~~ ~~da~~ ~~atriz~~ ~~Corbin~~ ~~Dickson~~ ~~que~~ ~~teve~~ ~~seu~~ ~~relações~~ ~~intimas~~ ~~compartilhadas~~ ~~e~~ ~~postas~~ ~~em~~ ~~redes~~ ~~sociais~~. Devido ao clamor social, e grande número de ocorrências, o legislativo criou uma ~~lei~~ ~~criminalizando~~ ~~o~~ ~~compartilhamento~~ ~~de~~ ~~imagens~~ ~~internas~~ ~~não~~ ~~autorizadas~~. Tal prática de forma ~~severa~~ ~~de~~ ~~que~~

QUESTÃO 27

Servidor do TJ/PA que, supostamente, tiver cometido ato comissivo e exercido irregularmente suas atribuições, causando prejuízo ao erário, poderá ser responsabilizado cumulativamente nas esferas

- A administrativa, civil e penal, que serão dependentes entre si, se houver prejuízo a terceiros. =
- B administrativa, civil e penal, salvo se for absolvido penalmente pela inexistência do fato.
- C administrativa, civil e penal, que serão dependentes entre si, se o ato tiver sido culposo. =
- D administrativa, civil e penal, não cabendo aos sucessores obrigação de reparar o dano. =
- E administrativa, civil e penal, salvo se for absolvido penalmente por falta de provas. =

QUESTÃO 28

Para a progressão funcional de servidor nos cargos das carreiras do TJ/PA, considera-se como efetivo serviço a

- A licença remunerada, independentemente do tempo.
- B licença remunerada, no limite de um ano.
- C licença não remunerada, independentemente do tempo. =
- D licença não remunerada, no limite de dois anos.
- E licença não remunerada, no limite de um ano.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta a respeito do prazo prescricional em caso de infração disciplinar cometida por servidor do TJ/PA.

- A A prescrição começa a correr a partir da data da prática do fato, salvo se a infração for punível com demissão.
- B O prazo prescricional independe da punição a ser aplicada, seja suspensão, seja repreensão.
- C O prazo prescricional será interrompido se houver abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar.
- D A prescrição começa a correr a partir da data da prática do fato, salvo se a infração for punível com cassação de aposentadoria.
- E O prazo prescricional será o previsto na lei penal, se a infração disciplinar for capitulada como contravenção penal.

QUESTÃO 30

O médico de hospital privado que suspeitar de violência praticada contra pessoa com deficiência deverá notificar

- I a autoridade policial. ✓
- II o Ministério Público. ✓
- III os conselhos dos direitos da pessoa com deficiência. ✓

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Espaço livre

O/ apenas da te
tem possibilidade de
a Internet e.

Ordinariamente, milh
tem acesso a internet
para diversos fins,
informações muitas
da conta do nível
necessário a um
normas legais, que
conta obrigam
uma utilização
por parte dos usuários
garantir direitos.

Muitos usuários
internet com o
alço O acesso a
diversos benefícios
acesso a diversos
que antes só era
bros. Oportunidade
produtos e serv
números de pes
Porém, seu
tem sido tem
cometer crime
crime falso a
indulto de d
emergem e
compartilhar
intimos não
Por exemplo
fizer amplam
fei o da atriz
que tem seu
e fotos intimas
Devido ao cla
grande número
o legislativo
criminalizar
de imagens
Tal pra
seria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Quanto à responsabilidade civil por danos causados por seus agentes a terceiros, uma entidade da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e exploradora de atividade econômica estará sujeita

- A ao regime da responsabilidade civil objetiva do Estado.
- B ao regime jurídico da responsabilidade civil privada.
- C à teoria do risco administrativo.
- D à teoria da falta do serviço.
- E à teoria do risco integral.

QUESTÃO 32

Para aquisição de bens e serviços comuns, isto é, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por edital, mediante especificações usuais no mercado, a licitação

- A deve ser feita na modalidade de convite.
- B pode ser feita na modalidade de leilão.
- C deve ser feita na modalidade de tomada de preços.
- D é dispensável.
- E pode ser feita na modalidade de pregão.

QUESTÃO 33

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- I Em nenhuma hipótese é possível a revogação, pelo Poder Judiciário, de atos praticados pelo Poder Executivo.
- II A reclamação para anulação de ato administrativo em desconformidade com súmula vinculante é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa. ?
- III Nenhuma lei pode criar uma modalidade inovadora de controle externo não prevista constitucionalmente.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 34

O processo administrativo pode ser iniciado e impulsionado sem qualquer provocação de particular. Além disso, adota formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados. Esses critérios, previstos na Lei n.º 9.784/1999, refletem observância, respectivamente, aos princípios

- A da verdade material e da segurança jurídica.
- B do interesse público e da verdade formal.
- C da finalidade e da instrumentalidade das formas.
- D da oficialidade e do informalismo procedimental.
- E da eficiência e da finalidade.

QUESTÃO 35

A administração indireta inclui as sociedades de economia mista, cujos agentes são

- A empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- B servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- C servidores públicos estatutários sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público, mas não à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- D empregados públicos regidos pela CLT e sujeitos às normas constitucionais relativas a concurso público e à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- E empregados públicos regidos pela CLT que não se submetem às normas constitucionais relativas a concurso público nem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

QUESTÃO 36

Em uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público, foi proferida sentença de procedência dos pedidos, com aplicação da sanção de perda da função pública ao réu, que é servidor público.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que a imposição da referida sanção

- A depende da comprovação de dano financeiro ao patrimônio público, sendo imprescindível, para aplicação da pena, aguardar o trânsito em julgado da sentença. ✓
- B depende da comprovação de efetivo dano financeiro ao patrimônio público, podendo a pena, por ter natureza política, ser efetivada antes do trânsito em julgado da sentença. ✓
- C independe de ter sido comprovado dano financeiro ao patrimônio público, sendo imprescindível, para a efetivação da pena, aguardar o trânsito em julgado da sentença. ✓
- D independe de ter sido comprovado dano financeiro ao patrimônio público, podendo a pena, por ter natureza administrativa, ser efetivada antes do trânsito em julgado da sentença. ✓
- E independe de ter sido comprovado dano financeiro ao patrimônio público, mas a pena, por ter natureza penal, só poderá ser efetivada após o trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 37

A Constituição Federal de 1988 prevê o uso do mandado de injunção como uma garantia constitucional sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Nesse sentido, segundo o STF, o cabimento do mandado de injunção pressupõe a demonstração da existência de omissão legislativa relativa ao gozo de liberdades ou direitos garantidos constitucionalmente pelas normas constitucionais de eficácia

- A contida *lato sensu*.
- B plena *stricto sensu*.
- C contida *stricto sensu*.
- D limitada *stricto sensu*.
- E plena *lato sensu*.

QUESTÃO 38

EX: TJ - PA

Caso tribunal de justiça estadual profira decisão em última instância denegando habeas corpus, caberá ao interessado interpor recurso

- A extraordinário, a ser julgado pelo STJ. ✓
- B extraordinário, a ser julgado pelo STF.
- C especial, a ser julgado pelo STJ. ✓
- D ordinário, a ser julgado pelo STF. ✓
- E ordinário, a ser julgado pelo STJ. ✓

QUESTÃO 39

Um grupo de pais apresentou requerimento a determinado município, solicitando autorização para realizar manifestação pacífica na praça pública onde está sediada a prefeitura, a fim de protestar contra políticas públicas municipais. A autoridade pública competente negou o pedido, sob o fundamento de que frustraria outra reunião anteriormente convocada para o mesmo horário e local.

Nessa situação hipotética, para realizar a referida manifestação, o grupo de pais utilizou o instrumento

- A adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo ajuizar ação popular contra a decisão que negou o referido pedido. ✓
- B adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar habeas corpus contra a decisão que negou o referido pedido. ✓
- C adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar mandado de segurança contra a decisão que negou o referido pedido. ✓
- D inadequado, porque o direito de reunião não requer autorização, mas apenas prévio aviso. ✓
- E inadequado, entretanto a autoridade competente não poderia ter negado o direito com base no fundamento utilizado. ✓

QUESTÃO 40

Considerando o entendimento do STF acerca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os itens a seguir.

- I Embora seja órgão do Poder Judiciário, o CNJ não é dotado de função jurisdicional. ✓
- II O CNJ deve atuar somente se houver necessariamente o exaurimento da instância administrativa ordinária. ✓
- III O CNJ tem competência para apurar violações aos deveres funcionais dos magistrados e servidores do Poder Judiciário.
- IV Não é permitido ao CNJ apreciar a constitucionalidade dos atos administrativos, mas somente sua legalidade.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV. ✓
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 41

Segundo o STF, lei editada pelo Poder Legislativo de estado da Federação para regulamentar o inquérito policial, deverá ser considerada

- A inconstitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é exclusiva da União.
- B constitucional, porque a competência legislativa para tratar de direito processual é comum à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- C constitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é concorrente, porém a superveniência de lei federal com normas gerais sobre o tema revogará a lei estadual. ✓
- D constitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é concorrente e, caso não haja lei federal sobre normas gerais, o estado poderá exercer a competência legislativa plena.
- E inconstitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é privativa da União. ✓

QUESTÃO 42

Determinado estado da Federação pretende instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Nessa situação, o ente federativo poderá efetivar tal medida mediante

- A medida provisória estadual.
- B lei ordinária estadual de iniciativa do Poder Executivo.
- C lei complementar estadual de iniciativa parlamentar.
- D lei ordinária federal. ✓
- E lei complementar federal. ✓

QUESTÃO 43

O conflito entre uma norma especial anterior e uma norma geral posterior classifica-se como

- A antinomia de segundo grau aparente e deve ser resolvido pelo critério da especialidade.
- B antinomia insuperável e somente pode ser resolvido por solução do Poder Legislativo.
- C antinomia de primeiro grau real e deve ser resolvido pelo critério hierárquico. ✓
- D antinomia de primeiro grau aparente e deve ser resolvido pelo critério temporal.
- E antinomia de segundo grau real e somente pode ser resolvido por decisão de corte constitucional.

QUESTÃO 44

Os itens a seguir apresentam condições mencionadas na legislação civil, isto é, cláusulas que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordinam o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

- I resolutive e impossível ✓
- II suspensiva e juridicamente impossível ✓
- III de não fazer coisa impossível
- IV de fazer coisa ilícita ✓

De acordo com o Código Civil, invalidam os negócios jurídicos que lhes sejam subordinados, caso estejam presentes, as condições citadas apenas nos itens

- ~~A I e II~~
- B II e IV.
- C III e IV.
- ~~D I, II e III.~~
- E I, III e IV.

QUESTÃO 45

No que concerne às modalidades de decadência legal e convencional, assinale a opção correta, de acordo com o Código Civil.

- ~~A~~ A decadência convencional é nula de pleno direito, porque somente a lei pode estabelecer prazos decadenciais. ✓
- B Ambas as modalidades de decadência, caso consumadas, devem ser reconhecidas de ofício pelo magistrado. ✓
- C Diferentemente do que ocorre com a decadência convencional, a decadência legal, caso consumada, não pode ser objeto de renúncia pelo interessado.
- ~~D~~ Ao legislador é vedado criar hipóteses de suspensão ou interrupção de prazo decadencial legal.
- E Não há qualquer distinção de tratamento jurídico entre as espécies de decadência legal e convencional.

QUESTÃO 46

Em abril de 2019, Pedro alienou todos seus bens para seu sobrinho Renato, a título gratuito. Ao praticar esse ato, Pedro se tornou insolvente, em manifesto prejuízo a Caio, que era seu credor no momento da alienação. Posteriormente, em agosto de 2019, Pedro contraiu nova dívida, desta vez com o credor Marcelo.

De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que, nessa situação hipotética, a anulação de negócio jurídico por fraude contra credores

- ~~A~~ independe de ação judicial específica para ser reconhecida.
- ~~B~~ depende da demonstração de conluio fraudulento entre Pedro e Renato, e tanto Caio quanto Marcelo têm direito de pleitear a anulação.
- ~~C~~ depende da demonstração de conluio fraudulento entre Pedro e Renato, e apenas o credor Caio tem direito de pleitear a anulação.
- D independe da demonstração de conluio fraudulento entre Pedro e Renato, e tanto Caio quanto Marcelo têm direito de pleitear a anulação.
- ~~E~~ independe da demonstração de conluio fraudulento entre Pedro e Renato, e apenas o credor Caio tem direito de pleitear a anulação.

QUESTÃO 47

José e Rafael realizaram um negócio jurídico em que ficou estipulado que: José entregaria determinado bem móvel para Rafael, que ficaria autorizado a vender o bem, pagando a José, em contrapartida, o valor de quinhentos reais; e Rafael poderia optar por devolver o bem, no prazo de vinte dias, para José.

De acordo com o Código Civil, nessa situação hipotética foi firmado um contrato classificado como

- A comutativo.
- B atípico.
- C solene.
- D unilateral.
- E consensual.

QUESTÃO 48

No que concerne ao tratamento dado pelo Código Civil aos bens e aos negócios jurídicos, julgue os itens a seguir.

- I O Código Civil classifica os bens públicos como de uso comum, de uso especial e dominicais. Entre esses, apenas os dominicais estão sujeitos a usucapião por seguirem o regime de direito privado. ✓
- II Exceto se houver manifestação das partes em sentido contrário, o negócio jurídico realizado quanto ao bem principal inclui as pertencas, essenciais ou não essenciais, e os acessórios.
- III Situação hipotética: Marcela e Marina realizaram determinado negócio jurídico em que a declaração de vontade emitida por Marina era diversa de sua real intenção. **Assertiva:** A reserva mental somente torna inválido o negócio jurídico se dela possuir conhecimento a destinatária Marcela.

Assinale a opção correta.

- ~~A~~ Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- ~~C~~ Apenas os itens I e II estão certos.
- ~~D~~ Apenas os itens I e III estão certos.
- ~~E~~ Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 49

A respeito de provas previstas no Código de Processo Civil (CPC), julgue os itens a seguir.

- I A prova escrita é imprescindível para a comprovação de vício do consentimento em contrato realizado entre particulares. ✓
- II A ata notarial é meio de prova idôneo para comprovar fatos que o tabelião declarar que foram constatados em sua presença.
- ~~III~~ Quando a parte invocar direito de natureza estadual ou municipal, o magistrado somente poderá examinar a questão se houver provas nos autos que demonstre a existência da regra jurídica invocada.
- IV Cabe ao advogado da parte intimar a testemunha que arrolou por carta com aviso de recebimento, devendo juntar aos autos, no prazo legal, cópia da correspondência de intimação e do aviso de recebimento, sob pena de se considerar desistência da inquirição o não comparecimento da testemunha.

Estão certos apenas os itens

- ~~A~~ I e II.
- ~~B~~ I e III.
- C II e IV.
- ~~D~~ I, III e IV.
- ~~E~~ II, III e IV.

QUESTÃO 50

De acordo com o CPC, a competência para realizar o juízo de admissibilidade em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) é do

- A presidente do tribunal, exclusivamente.
- B relator do IRDR, que decidirá monocraticamente.
- C plenário do tribunal, obrigatoriamente.
- D órgão colegiado que possua competência para julgar o IRDR segundo o regimento interno.
- E juízo singular, quando o incidente se origina de processo que está em primeiro grau.

QUESTÃO 51

Ao tratar dos deveres das partes e dos procuradores, o CPC expressamente estabelece que, sem prejuízo de outras sanções criminais, civis e processuais, constitui ato atentatório à dignidade da justiça, passível de aplicação ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa,

- A o ajuizamento de petição inicial para reconhecimento de direito manifestamente prescrito.
- B o oferecimento de contestação com tese jurídica contrária ao enunciado de súmula vinculante.
- C a utilização abusiva de incidente de desconsideração de personalidade jurídica.
- D a inovação ilegal no estado de fato de bem litigioso realizada pelo executado.
- E a interposição de apelação com intuito protelatório.

QUESTÃO 52

Segundo regramento estabelecido no CPC, o desmembramento do litisconsórcio multitudinário em razão do número excessivo de litigantes

- A ocorre na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, desde que o litisconsórcio seja facultativo.
- B é permitido somente antes da citação do réu, seja o litisconsórcio facultativo ou necessário.
- C é vedado em sede de execução, seja ela decorrente de título judicial ou extrajudicial.
- D depende da concordância de todas partes do processo, se o litisconsórcio for necessário e unitário.
- E não pode ocorrer antes da liquidação de sentença, se o litisconsórcio for ativo e facultativo.

QUESTÃO 53

Maria deseja ajuizar ação indenizatória com pedidos cumulados de dano material e dano moral contra a empresa aérea Y, em razão de cancelamento indevido de viagem ao exterior.

Nessa hipótese, de acordo com o CPC, o valor da causa será

- A o total decorrente da soma do valor pedido a título de dano moral e de dano material.
- B o valor do maior dos pedidos realizado pela parte autora.
- C o valor do dano material apenas, porque o dano moral deverá ser requerido de forma genérica.
- D o fixado pelo magistrado segundo seu prudente arbítrio.
- E o indicado pelo autor, segundo critérios de equidade e proporcionalidade.

QUESTÃO 54

Determinado indivíduo, réu em processo que tramita no primeiro grau de juizado especial cível, deseja impetrar mandado de segurança contra decisão interlocutória teratológica prolatada pelo magistrado.

Considerando-se essa situação hipotética e o entendimento sumulado do STJ, o mandado de segurança deve ser processado e examinado

- A por turma recursal.
- B pelo tribunal de justiça.
- C pelo STJ.
- D pelo próprio órgão judicial prolator da decisão.
- E por vara cível da justiça comum.

QUESTÃO 55

Durante uma tentativa de mediação judicial frustrada foram produzidas as seguintes informações e(ou) manifestações por uma das partes envolvidas no processo.

- I documento elaborado unicamente para fins de mediação
- II manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador
- III informação sobre a prática de crime de ação penal pública
- IV declaração formulada à outra parte na busca de entendimento para o conflito

De acordo com o previsto na Lei n.º 13.140/2015, que dispõe sobre mediação, independentemente da vontade das partes, a confidencialidade prevista na norma se aplica apenas às informações e(ou) manifestações constantes nos itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 56

De acordo com o estabelecido no CPC, o pronunciamento do magistrado que na justiça comum, em primeiro grau, revoga deferimento de gratuidade de justiça será

- A irrecorrível.
- B recorrível por agravo de instrumento em qualquer hipótese.
- C recorrível por apelação em qualquer hipótese.
- D recorrível, em regra, por agravo de instrumento, ressalvada a interposição de apelação quando a questão for resolvida na sentença.
- E recorrível por agravo interno somente se a decisão for prolatada em audiência.

QUESTÃO 57

Na confraternização de final de ano de um tribunal de justiça, Ulisses, servidor do órgão, e o desembargador ganharam um relógio da mesma marca — em embalagens idênticas —, mas de valores diferentes, sendo consideravelmente mais caro o do desembargador. Ao ir embora, Ulisses levou consigo, por engano, o presente do desembargador, o qual, ao notar o sumiço do relógio e acreditando ter sido vítima de crime, acionou a polícia civil. Testemunhas afirmaram ter visto Ulisses com a referida caixa. No dia seguinte, o servidor tomou conhecimento dos fatos e dirigiu-se espontaneamente à autoridade policial, afirmando que o relógio estava na casa de sua namorada, onde fora apreendido.

Nessa situação hipotética, a conduta de Ulisses na festa caracterizou

- A crime impossível.
- B erro de tipo.
- C excludente de ilicitude.
- D arrependimento posterior.
- E erro de proibição.

QUESTÃO 58

Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do(a)

- A atividade e da ubiquidade.
- B ubiquidade e da atividade.
- C ação e da consumação.
- D resultado e da ação.
- E consumação e do resultado.

LUTA

QUESTÃO 59

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, configura crime de fraude em licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente, com prejuízo à fazenda pública,

- A onerar a proposta ou a execução do contrato, ainda que justificadamente.
- B reduzir preços dos bens ou mercadorias.
- C entregar uma mercadoria por outra.
- D ordenar despesa não autorizada por lei.
- E prestar garantia sem contragarantia.

QUESTÃO 60

No que concerne às penas previstas no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

- A São espécies de penas restritivas de direitos: interdição temporária de direitos, prestação de serviço à comunidade e pagamento de multa.
- B As penas restritivas de direitos apenas serão aplicáveis em substituição à pena privativa de liberdade fixada em quantidade inferior a dois anos.
- C A limitação de final de semana é uma das penas restritivas de direitos, devendo o condenado permanecer em casa de albergado por cinco horas diárias aos finais de semana.
- D O trabalho externo não é admissível para os condenados em regime fechado.
- E A pena de multa deve ser paga no prazo máximo de um mês após o trânsito em julgado da sentença.

QUESTÃO 61

A conduta de quem faz declaração falsa de estado de pobreza para fins de obtenção dos benefícios da justiça gratuita em ação judicial é considerada

- A crime de falsificação de documento particular.
- B atípica.
- C crime de falsa identidade.
- D crime de falsidade ideológica.
- E crime de falsificação de documento público.

QUESTÃO 62

Antônio e Breno, bacharéis em direito, fazendo-se passar por oficiais de justiça, compareceram em determinada joalheria alegando que teriam de cumprir mandado judicial de busca e apreensão de parte da mercadoria, por suspeita de crime tributário. Para não cumprir os mandados, solicitaram a quantia de R\$ 10.000, que foi paga pelo dono do estabelecimento.

Nessa situação, Antônio e Breno responderão pelo crime de

- A corrupção passiva.
- B usurpação de função pública.
- C tráfico de influência.
- D concussão.
- E corrupção ativa.

QUESTÃO 63

Se um acusado, citado por edital, não comparecer para defender-se em ação penal pelo crime de falsidade ideológica, nem constituir advogado, o juiz

- A suspenderá o processo e o curso do prazo, que é decadencial.
- B deverá decretar a prisão preventiva do réu.
- C determinará a interrupção do curso do prazo, que é prescricional.
- D decretará revelia do réu e dará seguimento ao processo com defensor dativo.
- E poderá determinar a produção de provas consideradas urgentes.

QUESTÃO 64

De acordo com o Código de Processo Penal (CPP), no procedimento comum ordinário, após o recebimento de denúncia e o oferecimento de resposta à acusação pela defesa, o juiz absolverá sumariamente o denunciado na hipótese de

- A a denúncia ser manifestamente inepta.
- B faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- C o fato narrado evidentemente não constituir crime.
- D haver dúvida quanto à autoria do réu ou à sua participação no crime.
- E ficar comprovada a inimputabilidade mental do réu.

QUESTÃO 65

Luis foi denunciado pela prática de crime de menor potencial ofensivo em um juizado especial criminal de Belém - PA, mas não foi encontrado para ser citado pessoalmente.

Nessa situação hipotética,

- A o processo ficará suspenso até que Luis seja encontrado.
- B o processo será encaminhado ao juízo comum.
- C a vítima será intimada para informar o endereço atualizado de Luis.
- D será determinada a citação por edital, com prazo de cinco dias.
- E será nomeado defensor dativo para representar Luis na audiência de conciliação.

QUESTÃO 66

Nos casos de sentença de impronúncia ou de absolvição sumária em procedimento do tribunal do júri,

- A é cabível o recurso de apelação.
- B é cabível o recurso em sentido estrito.
- C são cabíveis o recurso de apelação e o recurso em sentido estrito, respectivamente.
- D são cabíveis o recurso em sentido estrito e o recurso de apelação, respectivamente.
- E são cabíveis o recurso de agravo e o recurso de apelação, respectivamente.

QUESTÃO 67

De acordo com o entendimento do STF, o uso de algemas

- A é restrito à prisão penal, sendo inadmissível na prisão cautelar, devido ao princípio da inocência.
- B ensejará responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade que o determinar, caso seja injustificado.
- C ensejará a anulabilidade da prisão e dos atos subsequentes, caso seja injustificado.
- D é lícito somente nas hipóteses de fundado receio de fuga e de perigo à integridade física de terceiros.
- E é uma excepcionalidade e deve ser justificado previamente, de forma oral ou por escrito.

QUESTÃO 68

Antônia foi vítima de calúnia praticada por Francisca e Rita. Inconformada, Antônia, na mesma semana em que sofreu a calúnia, tomou as providências para que fosse proposta a ação penal cabível, mas o fez apenas contra Francisca, porque Rita era amiga de sua mãe.

Nessa situação hipotética, ocorreu

- A decadência.
- B retratação.
- C renúncia.
- D perdão.
- E perempção.

QUESTÃO 69

Impede a propositura de ação civil indenizatória a decisão penal que

- A julgar extinta a punibilidade do agente.
- B reconhecer a inexistência material do fato.
- C absolver o réu em razão de o fato imputado não constituir crime.
- D absolver o réu em razão de não existir prova suficiente para sua condenação.
- E arquivar o inquérito policial.

QUESTÃO 70

Maria foi vítima de estupro praticado por um desconhecido em um parque. Ao comparecer à delegacia, ela comunicou formalmente o ocorrido e submeteu-se a exame de corpo de delito, que comprovou a violência sexual; em seguida, foi feito o retrato falado do estuprador. Apesar dos esforços da autoridade policial, o autor do crime somente foi identificado e reconhecido pela vítima sete meses após a ocorrência do fato.

Nessa situação hipotética, concluídas as investigações, o Ministério Público deve

- A oferecer a denúncia, visto que estão presentes as condições da ação penal.
- B manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial por falta de interesse de agir.
- C manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial por falta de possibilidade jurídica do pedido.
- D manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial por falta de justa causa.
- E oficiar à vítima para que ela informe se ainda tem interesse na propositura da ação penal.

Espaço livre

Consoante a lei, é proporcional ao aumento de número de crimes a ocorrência dos crimes virtuais